

A POLÍTICA DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO/CAMPUS RECIFE.

Katia Cristina Bezerra Moura dos Santos
Mestra em Educação (UFPB)
katiamourasantos@gmail.com

INTRODUÇÃO

No Brasil, os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 mostram que 46 milhões dos brasileiros têm algum tipo de deficiência. Este número corresponde a 24% da população total do país. Ainda de acordo com este levantamento, 61,1% as pessoas com deficiência¹ na faixa etária de 15 anos ou mais não tem instrução ou cursam apenas o ensino fundamental. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

Os resultados deste censo demográfico de 2010 podem ser confirmados se observamos o número de pessoas com deficiência matriculadas na educação básica. Conforme Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica² do total de alunos com deficiência matriculados em 2011, ou seja, 558.423(100%), 39.367 (7,85%) encontravam-se na educação infantil, 437.132(78,28%) no ensino fundamental, 33.138(5,93%) no ensino médio, 47.425(8,49%) na Educação de Jovens e Adultos e 1.361 (0,24%) na educação profissional (BRASIL, 2012, p. 27).

Estes números indicam que o ensino fundamental é a etapa da educação básica que mais matricula alunos com deficiência, confirmando assim os resultados do censo demográfico de 2010. Podemos observar também que de todas as etapas da educação básica, a educação profissional é que menos matricula pessoas com deficiência, indicando assim a falta de acesso da população com deficiência à educação profissional. Entretanto, o Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora³ de Deficiência, no capítulo VII, seção II, § 1º garantiu que o aluno com

¹ Neste estudo entendemos a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade (BRASIL, 2008, p. 9).

² Este resumo técnico mostra do ano de 2007 a 2011 o quadro de matrículas referente à Educação Especial por Etapa de Ensino no Brasil, tanto em classes especiais/escolas exclusivas quanto em classes comuns/alunos incluídos, destacando em números o quadro de matrículas da Educação Especial na Educação Básica.

³ Neste estudo adotamos a expressão pessoa com deficiência de acordo Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). No entanto, no decorrer da pesquisa serão preservadas as várias terminologias das fontes pesquisadas podendo aparecer termos como “excepcionais” “pessoa portadora de deficiência”, “pessoas com necessidades educacionais especiais”, “pessoas deficientes”, “deficientes”, entre outros termos.

deficiência do ensino fundamental, médio ou mesmo egresso destas modalidades tem direito a matrícula nas instituições públicas ou privadas de educação profissional com objetivo de receber habilitação que amplie suas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Inclusive este mesmo Decreto assegura que as instituições públicas ou privadas de educação profissional de nível básico devem acondicionar a matrícula da pessoa com deficiência ao potencial de aproveitamento do aluno com deficiência e não pelo nível de escolarização (DECRETO nº 3.298/99, CAPÍTULO VII, SEÇÃO II, § 2º).

A Convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil através do Decreto nº 129/1991 garantiu a elaboração de uma política de reabilitação profissional e emprego para todas as pessoas com deficiência a partir do princípio de igualdade de oportunidades. Ainda em 1991, a Lei nº 8.213⁴ respaldou a contratação de pessoas com deficiência habilitadas pelas empresas. Conforme esta Lei as empresas devem contratar pessoas com deficiência a partir de um percentual de acordo com o número total de empregados.

Na perspectiva de assegurar a inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica de 2001 afirmaram que a educação profissional é um direito do aluno com necessidades educacionais especiais, visando sua integração na sociedade. Estas diretrizes orientaram ainda que o ensino profissional regular público ou privado devem matricular alunos com deficiência através da promoção das condições de acessibilidade, da formação de recursos humanos para inclusão, flexibilização e adaptação do currículo, eliminação de barreiras atitudinais, arquitetônicas, curriculares, de sinalização, comunicação, entre outras (BRASIL, 2001, p. 62).

Em 2003 o Ministério da Educação (MEC) através Secretaria de Educação Especial (SEESP) na perspectiva garantir o acesso de estudantes com deficiência ao ensino profissional público lançou o documento “Educação profissional: indicações para ação: a interface educação profissional/educação especial” na perspectiva de orientar gestores e professores da educação profissional na elaboração de propostas pedagógicas para inclusão de alunos com deficiência através do desenvolvimento de ações educacionais que permitam remover barreiras atitudinais, arquitetônicas e educacionais (VIÉGAS; CARNEIRO, 2003, p. 5).

Em 2008 a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Brasil através do Decreto nº 6.949/2009, garantiu no artigo nº 24 que a educação é um direito das pessoas com deficiência e deve efetivar-se sem discriminação e

⁴ Conhecida também como Lei de Cotas.

com base na igualdade de oportunidades. Para esse fim, Estados Partes devem assegurar um sistema de ensino inclusivo em todos os níveis.

A Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008 assegurou que para inclusão acontecer com qualidade na educação profissional os sistemas de ensino devem contar com o apoio da educação especial através de atendimento educacional especializado e outros suportes no intuito de atender as necessidades educacionais específicas destes estudantes e assim ampliar as oportunidades de inclusão escolar, ou seja, de acesso, permanência e inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 2008, p. 17).

Ante os documentos legais e as políticas que orientam o acesso da pessoa com deficiência a educação profissional e com base no Resumo Técnico do censo escolar 2011 que indicam que a educação profissional é a modalidade de ensino que menos matricula alunos com deficiência, convém questionarmos: Existe uma política de inclusão na educação profissional? Se existe como vem sendo implantada esta política na perspectiva de garantir a inclusão dos estudantes com deficiência nesta modalidade de ensino?

Com o interesse de esclarecer estes questionamentos elegemos o Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife, como objeto empírico de pesquisa. Nosso objetivo neste estudo foi analisar a política de inclusão no Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife, no período de 2005 a 2013.

Como objetivos específicos, elegemos: verificar como política de inclusão vem sendo implantada no Instituto Federal de Pernambuco/Campus Recife; identificar de que forma acontece o acesso das pessoas com deficiência nesta modalidade de ensino; averiguar as acessibilidades arquitetônicas disponíveis para pessoa com deficiência; investigar os serviços e recursos educacionais de apoio à permanência desses estudantes e averiguar a existência de serviços de apoio à inclusão no mercado de trabalho.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Inclusão é o respeito à diversidade para aceitação das minorias: das crianças de rua, dos afrodescendentes, dos homossexuais, dos ciganos, dos índios, dos idosos, das mulheres, dos indivíduos hospitalizados, enfim dos que representam um grupo vítima de opressão ou discriminação por qualquer motivo (RODRIGUES, 2012, p. 22).

Sasaki (2006, p. 39) afirma que os estudos sobre inclusão caminham no sentido de combater a exclusão e, portanto a prática de homogeneização dos seres humanos a partir da

compreensão da diversidade humana. Nesse sentido, a inclusão se ancora em premissas que até pouco tempo eram pouco consideradas pela sociedade, tais como: aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação.

Em termos de conceituação a educação inclusiva é a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural, em escolas provedoras onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas (STAINBACK, S.; STAINBACK, W., 1994, p. 21).

Nessa perspectiva a escola inclusiva acolhe e respeita as diferenças de todos os alunos a partir de ações efetivas que atendam as necessidades específicas de todos os alunos e se constitui um espaço em que todos os alunos aprendem de acordo com suas capacidades sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas (MANTOAN, 2010, p. 45).

A escola inclusiva reconhece as diversas necessidades dos alunos e dar resposta a cada uma delas, na perspectiva de garantir educação de qualidade a todos aos alunos. Esse é o papel fundamental da escola, ou seja, atender todos os alunos independente das especificidades que os mesmos apresentem uma vez que todos nós temos peculiaridades, pois todos nós somos diferentes (MANTOAN, 2010, p. 45).

Sob o prisma da valorização das diferenças a igualdade é considerada como princípio de direito de oportunidades de acesso à educação, e não deve ser confundida com as práticas homogêneas, uniformes, como se todos os alunos possuíssem as mesmas habilidades, ou seja, a igualdade diz respeito aos direitos humanos e não as características das pessoas, enquanto seres humanos que sentem, pensam e apresentam necessidades diferenciadas (CARVALHO, 2004, p. 69).

De acordo com os preceitos da educação inclusiva não cabe aos sistemas educacionais escolherem os alunos que podem ou não serem escolarizados na escola, cabe sim garantir uma educação de qualidade para todos os alunos a partir da estruturação de uma escola inclusiva de qualidade para que de fato e de direito todos possam ser incluídos na escola comum. A educação inclusiva impõe reformas no sistema educacional a partir de práticas educativas que garantam o acesso e a participação de todos os alunos e da remoção de barreiras que impedem ou restringe a participação plena dessas pessoas nos sistemas educacionais (MANTOAN, 2010, p. 46).

Nesse sentido existe um consenso entre os estudiosos da área que afirmam que inclusão não significa pura e simplesmente incluir os alunos com deficiência nas classes

regulares, mas oferecer condições de acesso, ou seja, de estrutura física, formação de professores, recursos pedagógicos e de acessibilidade, atitudes de conscientização, etc. (SASSAKI, 2006, p. 40).

Para Mantoan (2010, p. 20) o radicalismo da inclusão vem do fato de exigir uma mudança de paradigma educacional, suprimindo a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e ensino regular. As escolas atendem às diferenças sem discriminação ou trabalhar à parte com alguns alunos. Também não se estabelecem regras específicas para planejamento e avaliação de currículos, atividades e aprendizagem de alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais.

Outros estudiosos acreditam na necessidade de atendimento educacional especializado conforme apontam os textos legais uma vez que a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular não implica desconsiderar as especificidades dos alunos, propondo a inclusão de todos no ensino regular mais que ao mesmo tempo seja assegurado o atendimento especializado. Nessa concepção, o atendimento educacional especializado caracteriza como apoio ao ensino regular (BATISTA, 2008, p. 121).

Nesta linha de pensamento Carvalho (2011, p. 34) defende a educação inclusiva, mas com apoio para aqueles alunos que necessitam. Para essa autora se faz necessário que seja garantido o atendimento educacional especializado em salas de recursos. Como vemos, o atendimento educacional especializado constitui um dos propósitos da proposta de educação inclusiva, pois este atendimento tem a função de apoiar a inclusão do aluno com deficiência na escola regular.

Conforme a Política de educação inclusiva cabe aos sistemas de ensino garantir o acesso com qualidade das pessoas com deficiência no ensino regular a partir da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de outros suportes. O AEE em todas as etapas da educação básica tem o propósito à identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade na perspectiva eliminar as barreiras à plena participação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular (BRASIL, 2008, p. 10).

Nesse sentido o AEE não substitui a educação regular, porém tem como função promover a autonomia e independência do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades a partir de apoios e recursos educacionais que complementem e/ou suplementem a educação desses alunos, tanto nos sistemas escolares como em outros locais. “Dentre as atividades do AEE são disponibilizados programas de

enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva” (BRASIL, 2008, p. 10).

De acordo com esta política são atribuições do serviço do AEE: Identificar as necessidades de alunos com deficiência, com altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento; Elaborar plano de atuação do AEE propondo serviços e recursos de acessibilidade ao conhecimento; Produzir material: transcrever, adaptar, confeccionar, ampliar, gravar, de acordo com as necessidades dos alunos; Adquirir e identificar materiais e tecnologia assistiva (como software, recursos e equipamentos tecnológicos, mobiliário, recursos ópticos, dicionários) e outros; Acompanhar o uso dos materiais na sala de aula do ensino regular frequentada pelos alunos e verificar a funcionalidade e aplicabilidade, os efeitos, possibilidades, limites, distorções do uso na sala de aula, na escola, sem interferir nos conteúdos curriculares; Orientar professores do ensino regular e famílias a utilizar materiais e recursos; Promover formação continuada para os professores do AEE, para professores do ensino comum e para a comunidade em geral.

Na educação profissional os serviços do AEE complementam e/ou suplementam a educação da pessoa com deficiência com serviços, apoio e recursos específicos durante o processo de ensino e aprendizagem visando a ampliar as oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social (BRASIL, 2008, p. 10).

O AEE na educação superior ocorre através de ações que visam promover o acesso, a permanência e a participação dos alunos a partir de recursos e serviços que promovam a acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos. Esses recursos e serviços devem estar disponíveis tanto nos processos de seleção a universidade quanto no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008 p. 11).

Em 2008 o Programa Incluir - acessibilidade na educação superior objetiva fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais na perspectiva de garantir a inclusão das pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação (BRASIL, 2008, p. 10).

OS CAMINHOS TRILHADOS NA PESQUISA

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa qualitativa escolhemos o estudo de caso que se caracteriza por uma busca intensiva de dados de uma situação tomados como “caso”. [...] os estudos de caso visam explorar, um caso singular, situado na vida real, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar para realizar uma busca circunstanciada de informações sobre um caso específico. Nesse sentido realizamos levantamento bibliográfico, observação e entrevista semiestruturada (TRIVINÕS, 2009, p. 129).

Para realização da entrevista semiestruturada foi utilizada a técnica história oral. Utilizamos esta técnica para apreender apenas “[...] elementos gerais contidos nas entrevistas das pessoas, não tendo como propósito analisar suas particularidades históricas e psicodinâmicas” CHIZOTTI, 2006, p. 107). Entre os procedimentos estudados para averiguar as entrevistas, o método análise de conteúdo nos pareceu o mais adequado uma vez que a técnica de análise temática, conforme Bardin (2002, p. 76), baseia-se em [...] operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, descobrir os diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação, para posteriormente, realizar o seu reagrupamento em classes ou categorias.

Na análise do material foi realizada a codificação, na qual foram feitos recortes em unidades de contexto e de registro; e posteriormente, realizamos a categorização, última fase, que permitiu o tratamento e inferência à interpretação, permitiu também, que os conteúdos recolhidos se constituíssem em análise das entrevistas (BARDIN, 2002, p. 76).

O LOCAL DA PESQUISA

Para investigar a política de inclusão na educação profissional, elegemos Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco/Campus Recife (IFPE/Campus Recife). Esta instituição escolar pública de nível federal é pertencente à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica se destina a formação profissional de técnico, tecnológico e superior. Tem como missão promover educação profissional e tecnológica, através do ensino, pesquisa e extensão, visando formação de cidadãos éticos, qualificados para o trabalho e socialmente responsáveis.

O IFPE/ Campus Recife fica localizado no Recife, município brasileiro do estado de Pernambuco. Este município, de acordo com os dados do IBGE de 2010 tem uma população total de 1.537.704 (Um milhão, quinhentos e trinta e sete mil, setecentos e quatro) habitantes, desse total de habitantes 26.141 (vinte e seis mil, cento e quarenta um), ou seja, 17% da população possui algum tipo de deficiência. Desse percentual de pessoas com deficiência no município do Recife, apenas 0,48% dos jovens e adultos com deficiência estão inseridos em cursos de formação profissional.

A pesquisa de campo começou no mês de abril de 2013. Inicialmente entramos em contato com a instituição solicitando autorização da direção do IFPE/Campus Recife para realização da pesquisa, através de Declaração do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, solicitando a autorização da mesma. Após essa análise do IFPE/Campus Recife, através a sua Diretoria de Extensão autorizou a pesquisa.

Para a pesquisa de campo a Diretoria de Extensão do IFPE/Campus Recife solicitou que mantivéssemos contato com coordenador responsável por articular a implantação do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para as pessoas com necessidade educacionais específicas⁵ (TEC NEP).

Este Programa é uma ação da Secretaria de Ciência e Tecnologia do MEC e da SEESP⁶ que tem como propósito ampliar a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas à educação profissional e tecnológica. Para esse fim acompanha o acesso, a permanência, o término e o ingresso das pessoas com necessidades específicas no mercado de trabalho, através dos Núcleos de Atendimento à Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) dos Institutos Federais do país. Em contato com o coordenador responsável pela implantação do NAPNE no IFPE/Campus Recife, esta pessoa nos forneceu informações sobre o funcionamento do IFPE/Campus Recife e do NAPNE, enquanto núcleo articulador das ações inclusivas no âmbito da instituição pesquisada do período de 2005 (ano de implantação do Programa TEC NEP/NAPNE) a 2013 (fase da pesquisa de campo).

Levantamos informações sobre alunos com deficiência egressos do IFPE/Campus Recife, uma vez que este público poderia nos fornecer informações mais precisas sobre a efetivação da política de educação inclusiva na educação profissional, desde o acesso até a saída (inclusão profissional) nesta modalidade de ensino, de acordo com os objetivos específicos desta pesquisa.

⁵ O Programa TEC NEP utiliza o termo necessidades educacionais específicas para definir as pessoas com apresentam deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, superdotação.

⁶ Hoje, Secretaria de Educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão (SECADI).

Conforme informações disponibilizadas pelo responsável em coordenar o NAPNE, mantivemos contato com três alunos com deficiência que concluíram o ensino profissionalizante do IFPE/Campus Recife, neste período, primeiramente pelo facebook e posteriormente por telefone. Durante os telefonemas explicitamos nosso objeto de pesquisa e três dos alunos se dispuseram em participar do estudo em questão.

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

De acordo com as informações levantadas com os estudantes egressos entrevistados, apresentamos no quadro abaixo, o perfil dos participantes da pesquisa, descrevendo os dados pessoais e de escolarização. Observamos que os 3 estudantes egressos entrevistados são do sexo masculino, com faixa etária de 27 a 35 anos. Quanto ao curso profissionalizante, obtivemos as seguintes informações: 1 (um) aluno concluiu o curso de Segurança no Trabalho, 1(um) estudante concluiu o curso de Técnico em Turismo e 1(um) aluno concluiu o curso em Gestão em Turismo, este último de nível superior.

Quadro 1 - Perfil dos participantes da pesquisa

| Participante | Idade | Sexo | Deficiência | Curso profissionalizante |
|--------------|---------|-----------|------------------------|----------------------------------|
| P1 | 27 anos | Masculino | Nanismo acondroplásico | Técnico em segurança no trabalho |
| P2 | 29 anos | Masculino | Paralisia Cerebral | Técnico em turismo |
| P3 | 35 anos | Masculino | Eristoblastose fetal | Gestão em turismo |

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de instrumento da pesquisa de campo (Roteiro de entrevista, 2013).

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

CONCEPÇÕES SOBRE ACESSO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As concepções dos estudantes com deficiência egressos da educação profissional acerca do acesso a esta modalidade de ensino, podem nos mostrar a efetividade da política de inclusão na educação profissional. Assim, apresentamos um questionamento aos estudantes,

cujo objetivo era investigar o processo de ingresso à educação profissional. Seguem os depoimentos.

Quadro 2 - Concepções sobre acesso a educação profissional

| Participantes | Depoimentos |
|---------------|---|
| P1 | Quando fui bolsista do NAPNE presenciei a mudança no vestibular do IFPE. Após a inscrição nós pegamos as fichas de pessoas com necessidades especiais e ligávamos pra entender o que essa pessoa precisava, então era obrigatório que nós fizéssemos o contato telefônico pra tentar dizer, olha, o que tu tá precisando? em que que eu vou precisar ti ajudar? Você vai precisar de alguém pra transcrever, um transcritor? Você vai precisar de um tempo extra? Precisa de uma cadeira especial? Então esses cuidados foram posteriores a minha geração, mas existiram, eu acompanhei essa progressão. |
| P2 | Eu pedi para fazer prova em sistema especial só eu e uma pessoa para ele fazer o meu gabarito, entendeu, eu não sei se isso é uma ação no NAPNE fui atendido, na prova de um profissional para preencher o gabarito depois de pronto eu marcava na prova e ele passava pra o gabarito. |
| P3 | Eu posso dizer que eu vejo o IFPE com duas visões, antes quando era Escola Técnica e também quando passou a ser o CEFET e futuramente o Instituto Federal, porque a principio eu tentei um curso lá e assim num tive acessibilidade nenhuma mais depois de 10 anos que eu voltei, assim, já vi algo diferente desde o momento em que eles entraram em contato comigo pra gente ter uma reunião e ver as minhas necessidades para eu fazer a prova. No dia da prova tinha uma pessoa a minha disposição para suprir minhas necessidades, a qual eu precisasse no momento ali e assim não tive nenhum problema nenhum constrangimento, foi tudo ao contrario, que eu já tinha feito outras seleções, outras provas e outras faculdades, e pra mim assim foi um diferencial no IFPE naquela época. Fonte: entrevista realizada com os alunos egressos do IFPE/Campus Recife. |

Fonte: Entrevista realizada com os alunos egressos do IFPE/Campus Recife.

Os relatos dos alunos com deficiência egressos sobre o acesso a educação profissional, notadamente no que se refere ao processo seletivo, tratam da importância do atendimento as necessidades específicas, como: o apoio e recursos especializados para suporte durante a realização dos exames de seleção e prova em sistema especial. A nosso ver, as concepções destes estudantes mostram com clareza a compreensão que os mesmos têm sobre seus direitos.

Os depoimentos dos estudantes externam o discurso oficial da política de inclusão que vem ocupando espaço central nas agendas governamentais, como uma alternativa de oferecer educação para todos. Contudo, para que a educação seja de fato de direito para todos é preciso que as necessidades específicas dos estudantes com deficiência sejam atendidas através da identificação, elaboração e organização de serviços, apoios e recursos pedagógicos

de acessibilidade à educação que são essenciais para eliminação de barreiras à plena participação dos estudantes com deficiência na escolar regular (BRASIL, 2008, p. 14).

Em nosso entendimento, o acesso do aluno com deficiência à educação profissional deve ser apoiado a partir de serviços que complementem ou suplementem a educação dessas pessoas quando necessário, através da efetivação de uma política de educação inclusiva que atenda realmente a todos e que não fique apenas no discurso, mas que crie as condições necessárias para que a inclusão escolar do estudante com deficiência aconteça. A escola numa perspectiva inclusiva acolhe e respeita as diferenças de todos os alunos com ações efetivas, visando o atendimento das necessidades desses alunos (MONTANO, 2010, p. 45).

Com base nos depoimentos dos alunos egressos, no que se refere ao processo ingresso a instituição pesquisada tem atendido as necessidades específicas das pessoas com deficiência, garantindo assim o direito dessas pessoas a inclusão na educação profissional.

CONCEPÇÕES SOBRE A ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

Nas Instituições federais de educação superior, como por exemplo, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os princípios da acessibilidade arquitetônica possui respaldo no Programa Incluir, cujo objetivo é tornar acessível à educação das estudantes com deficiência a partir da criação de Núcleos de Acessibilidade, visando garantir a inclusão acadêmica, a eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação.

Nos depoimentos dos estudantes com deficiência egressos da educação profissional, quando perguntamos quais eram as suas concepções sobre acessibilidade arquitetônica, podemos analisar como vem sendo efetivado esse direito nas escolas de educação profissional, como podemos ver nos relatos a seguir.

Quadro 3 - Concepções sobre acessibilidade arquitetônica

| Participantes | Depoimentos |
|---------------|--|
| P1 | Eu tenho um metro, trinta e quatro e meio, eu tenho mais ou menos 56 centímetros de perna, um degrau de ônibus normalmente, os ônibus de Recife não são adaptados. [...] existe ônibus com degraus de até 55, 56 centímetros, então quando você bota esse ônibus perto de um declive ele vai subi quase pra 60 centímetros, então eu tinha que me desgastar pra subir nesse ônibus. O IFPE tem algumas características que eu particularmente não era muito simpático, existiam umas catracas, onde o aluno deveria passar por essas catracas. [...] então o que acontece, após as catracas existe uma escada e uma rampa, beleza, porém essa rampa não respeitava nenhum dos padrões da NBR 9050, onde a NBR 9050. [...] havia sim uma rampa acessível com os padrões de guarda corpo com os padrões de inclinação mais ela |

| | |
|----|--|
| | ficava nas áreas do carro, então isso é um contexto que o aluno desce na porta do IFPE, mas tem que entrar pela área de carro. |
| P2 | [...] o colégio em si ele é muito plano as portas já eram largas não tem tanto difícil acesso, mas ele era de primeiro andar, quando eu entrei não tinha elevador [...] mais ai o colégio fez uma licitação e colocou um elevador. |
| P3 | Com certeza, eu posso dizer que eu vejo o IFPE com duas visões, antes quando era Escola Técnica e também quando passou a ser o CEFET e futuramente o Instituto Federal, porque a principio eu tentei um curso lá e assim num tive acessibilidade nenhuma mais depois de 10 anos que eu voltei, assim, já vi algo diferente desde o momento em que eles entraram em contato comigo pra gente ter uma reunião e ver as minhas necessidades para eu fazer a prova. [...] na primeira vez que eu tive a oportunidade de chegar lá não tinha elevador, da segunda vez já tinha elevador pra que a gente tivesse acesso ao primeiro andar e sem falar em outras áreas com relação à espessura das portas, e outras coisas também, banheiro a gente já pode ver uma acessibilidade. Com certeza, eu acredito que com o NAPNE ali no IFPE eles se preocuparam em preparar o ambiente para justamente receber a pessoa com necessidades especiais, certo que tem coisa que ainda precisam melhorar e acredito que com o tempo eles vão fazer isso. [...] no caso o acesso pra quadra é algo que precisa melhorar, na minha época, não sei agora como é que esta não é, mas o acesso até a quadra até o campo ainda tinha uma dificuldade pra se poder chegar lá. É como eu disse a você tem o elevador, mas só que esse elevador ele era disponível para todos os alunos, então nem todos os alunos respeitavam o elevador e alguns momentos em que eu passei lá estudando o elevador estava quebrado. [...] eu tinha que usar a escada e pra mim era um pouco incomodo não é, porque você imagina você ser erguido por duas ou três pessoas embora que aparentemente seja muito seguro, mas tem aquele constrangimento do temor de cair. |

Fonte: Entrevista realizada com os alunos egressos do IFPE/Campus Recife.

Os discursos dos alunos egressos da educação profissional mostram que entre o direito a acessibilidade arquitetônica e a efetividade desse direito faltam ações mais concretas, pois ainda estamos caminhando a passos lentos se consideramos a história da educação especial no Brasil e as discussões sobre inclusão na educação especificamente aquelas relacionadas à acessibilidade arquitetônica no ambiente escolar.

As colocações dos estudantes entrevistados demonstram a contradição entre o discurso oficial da política de inclusão e o contexto de acessibilidade, uma vez que a política de inclusão prega a acessibilidade em todos os espaços sociais, inclusive na escola, através dos programas disponibilizados pelo governo federal. A dificuldade de acessibilidade seja nos transportes, seja nos espaços escolares, denota que as pessoas com deficiência ainda convivem com a exclusão social no seu cotidiano.

CONCEPÇÕES SOBRE SERVIÇOS E RECURSOS EDUCACIONAIS DE ACESSIBILIDADE

De acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação Especial para Educação Básica a educação profissional é um direito do aluno com deficiência e visa sua integração produtiva na sociedade. Com esse objetivo tal diretriz orienta que o ensino profissionalizante público ou

privado deve matricular os estudantes com deficiência a partir da promoção de condições de acessibilidade, formação de recursos humanos, da eliminação de barreiras atitudinais e outras (BRASIL, 2001, p. 62).

A Política de educação inclusiva reafirma as orientações dessas diretrizes, quando afirma que para que a inclusão do aluno com deficiência aconteça com qualidade os sistemas de ensino devem contar com o apoio da educação especial através do atendimento educacional especializado e de outros suportes, no intuito de atender as necessidades específicas dos alunos e assim ampliar as oportunidades de inclusão no mercado de trabalho (BRASIL, 2008, p. 16). Os estudantes pesquisados egressos da educação profissional retratam em seus depoimentos a necessidade de serviços, apoios e recursos de acessibilidade à educação profissional, como podemos ver nos relatos a seguir.

Quadro 4 - Concepções sobre serviços e recursos educacionais de acessibilidade

| Participantes | Depoimentos |
|---------------|--|
| P1 | Quando eu ingressei no IFPE, o NAPNE estava em formação eu só vim ver mesmo o NAPNE atuando quando eu já estava de saída, porque eu só ia uma ou duas vezes por semana pra pagar alguma cadeira. Não havia a disponibilidade de cadeiras, na verdade, o material específico, em braile, ou letras ampliadas, ou qualquer outro recurso de acesso desse tipo educacional do tipo pedagógico, eu não tive necessidade, mas cadeiras adaptadas seriam interessantes e nunca ouve, nunca ouve uma preocupação de chegar essa cadeira pra mim, o NAPNE ele chegou posterior a isso. [...] quanto a mim, educacional em si, não houve grandes necessidades nunca tive grandes problemas. Eu tive um problema com um professor em que ele citou num dado momento esse anãozinho de merda, e aí esse professor foi transferido da unidade porque eu não deixei que ele continuasse ou a diretoria ou a gerência, na época gerente, tomava providencia em transferir esse cidadão ou eu ia tomar minhas providências, esse cidadão foi transferido. |
| P2 | [...] o que o NAPNE contribui pra mim, na verdade não com aluno, por que como aluno eu não precisei de nada, eu estudava fazia prova não precisava de nenhuma prova ampliada, por exemplo, não precisava de muitas coisas. [...] eu entendo que o NAPNE não interviu em nada para mim, eu vim intervir para outras pessoas, uma pessoa com baixa visão aí o NAPNE ia e conversava como faz de melhor forma. Para mim eu não precisei de intervenção, eu me senti melhor como pessoa de respeito, respeito eu sentir melhor por que a gente já vê um amigo cadeirante puder ter acesso, o que eu vi de bom é o respeito. O NAPNE para mim ajudou na questão de entender a política da pessoa com deficiência, teve haver uma independência muito grande. [...] teve uma vez que uma professora quis fazer uma prova comigo oral, eu e ela, eu achava melhor essa didática por que comigo era oral, tá entendendo, agora não foi uma coisa que ela teve uma instrução, foi uma coisa, ela gostava dessa maneira e ela acertou”. |
| P3 | [...] primeiramente uma coisa que me chamou a atenção foi conscientizar os professores que nós somos capazes porque às vezes os professores olha pra nós e vê algo, não tem a estrutura até por falta de conhecimento, que eles não tiveram uma preparação e olham e acha que a gente não têm condição. Então o NAPNE ele capacitou os meus professores que trabalharam comigo primeiramente em dizer que eu sou capaz de fazer aquilo. Bem é como eu disse, |

| | |
|--|--|
| | <p>capacitados não, eles estavam se capacitando e o NAPNE foi essa ferramenta que levou essa conscientização para eles. [...] eu posso dizer que o NAPNE ele foi mais como um orientador, certo, um orientador, e também assim varias vezes me deu a oportunidade de eu conhecer novas ferramentas pra eu esta usando a internet, o computador. Me levou ao conhecimento da tecnologia assistiva esta disponível a mim. [...] onde eu encontrei o teclado virtual ao qual me adaptei, foram várias opções que trouxeram pra mim, mas ao que eu mais me adaptei foi o teclado virtual onde eu posso digitar os meus textos e trabalhar fazendo minhas atividades. [...] A minha própria cadeira é o meu local de estudar, a minha cadeira de rodas. Interessante também que eu iniciei com uma cadeira lá e o NAPNE disponibilizou, brigaram e conseguiram uma cadeira pra que eu me sentisse mais confortável, então ele se preocuparam nisso também. [...] teve professor que na hora da prova optou pela prova oral, certo, eu entendi até, mais pra mim assim eu consegui superar, é mais constrangente esta de cara a cara com o professor, e ele dizer a você, diga a resposta tal, não é o mesmo do que você tá com a folha escrevendo e pensando, não é verdade, então assim eu conseguir superar mais foi um pouco constrangedor Como eu precisava de uma pessoa para escrever eu até compreendo a visão do professor, dessa pessoa até querer me ajudar, eu compreendo isso ai, mais assim eu acredito que não sei poderia ser uma prova no computador como eu posso mexer o mouse e ai eu estaria respondendo, entendeu, ai seria uma opção. [...] presenciei várias vezes o NAPNE através do coordenador na frente guerreando, pra que uma aluna com deficiência visual tivesse o sonho dela realizado, que é de estudar eletrotécnica. Eu senti resistência de uma parte dos professores, de uma parte, porque dizia: como é que a gente vai fazer uma prova assim... Assim... Assim... ? [...] Eu diria que é a falta de preparação deles, porque eu acredito que tudo é possível no âmbito desde que se queira fazer certo, uma coisa que eu aprendi que eu jamais desmotive alguém, mas que minha palavra seja você pode. Fonte: Entrevista realizada com os alunos egressos do IFPE/Campus Recife.</p> |
|--|--|

Fonte: Entrevista realizada com os alunos egressos do IFPE/Campus Recife.

Como podemos constar nas falas apresentadas pelos estudantes com deficiência os serviços, apoios e recursos de acessibilidade à educação profissional são necessários ao atendimento das necessidades especiais, no tocante: a acessibilidade arquitetônica, pedagógica, formação de professores para inclusão, apoio a independência da pessoa com deficiência, orientações quanto ao uso da tecnologia assistiva e atendimento educacional especializado. Diante dos discursos desses alunos percebemos que um dos grandes entraves para efetivação da política de inclusão na educação profissional, além da acessibilidade arquitetônica, do atendimento educacional especializado, é a formação dos professores.

Conforme visto nos depoimentos dos entrevistados o professor precisa de preparação profissional para trabalhar com a diversidade. No entanto é central nas falas dos entrevistados a necessidade do atendimento especializado e da formação do professor para inclusão para que do aluno com deficiência na educação profissional seja bem sucedida.

Para Sasaki (2006, p. 40) inclusão não significa simplesmente incluir os alunos com deficiência nas salas regulares. Incluir significa oferecer condições de acesso, ou seja, estrutura física, formação de professores, recursos pedagógicos e de acessibilidade, atitudes de conscientização, etc.

A inclusão impõe reformas no sistema educacional a partir de práticas educativas que garantam o acesso e a participação de todos os alunos e de remoção de barreiras que impedem ou restringe a participação dos alunos com deficiência nos ambientes educacionais (MANTOAN, 2010, p. 46).

Concordamos com esses autores, pois falta de acessibilidade arquitetônica, de atendimento especializado e de preparação do professor tem restringido ou mesmo impedido o acesso ao aluno com deficiência à educação regular. Entretanto, a política de educação inclusiva através de diversos programas. Cabe reflexão sobre a formação professores na instituição pesquisada.

CONCEPÇÕES SOBRE APOIO A INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

No Brasil a partir da Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência a educação profissional passou a ser entendida como direito do estudante com deficiência matriculado do ensino fundamental, médio ou egressos dessas modalidades. Nesse sentido cabem as instituições de formação profissional públicas ou privadas garantir a habilitação profissional visando ampliar as oportunidade de acesso dessas pessoas ao mercado produtivo (DECRETO nº 3298/99, art. 30).

A Convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil através do Decreto nº 129/1991 garante a elaboração de uma política de reabilitação profissional e emprego para todas as pessoas com deficiência a partir do principio de igualdade de oportunidades.

Em 1991, a Lei nº 8.213 respaldou a contratação de pessoas com deficiência habilitadas pelas empresas. Conforme esta Lei as empresas devem contratar pessoas com deficiência a partir de um percentual de acordo com o número total de empregados.

Nessa mesma perspectiva a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2008 garantiu a conquista e conservação da autonomia profissional dessas pessoas, bem como a plena inclusão e participação de todos os aspectos da vida. Nas falas dos estudantes investigados sobre o apoio a inclusão no mercado de trabalho, podemos constatar como vem sendo realizado esse apoio, como veremos a seguir.

Quadro 5 - Concepções sobre apoio a inclusão no mercado de trabalho

| Participantes | Depoimentos |
|---------------|---|
| P1 | <p>O NAPNE teve grande influência na formação, na inclusão não. Porque quando consegui a vaga foi por meios externos, o IFPE não tem um plano muito bom de inclusão nos estágios tanto pra pessoas sem necessidades especiais quanto pra pessoas com necessidades especiais. O plano de estagio do IFPE, a proposta de estagio do IFPE é muito pobre tá, ela precisa ser muito melhorada. [...] então quando eu entrei o próprio o coordenador do NAPNE, não sei se ele hoje continua [...] Ele balizava muito os meus comportamentos quanto ao nanismo e quanto ao profissional, o quanto eu poderia mexer com as duas coisas e equalizar as duas coisas. [...] ele me orientava quanto a atitudes, o quanto o nanismo e quando eu preciso me impor quanto profissional não deixando que o nanismo atrapalhe. [...] quanto ao profissional técnico de segurança, e ai o NAPNE ajustou muito bem isso, além dos meus direitos de saber que as adaptações e as coisas que eram construídas pra mim dentro de um âmbito não só profissional, mas do âmbito comercial não era por que o cara era bonzinho, mas sim por que ele estava cumprindo a lei, ele faz por que tem que fazer. Minha inclusão profissional, na verdade eu comecei a trabalhar com 13 anos de idade eu fui formado pela escola de circo de São Paulo, então comecei a trabalhar. Trabalhei numa companhia aérea durante muitos anos. Após sair do IFPE trabalhei numa multinacional metalúrgica como técnico de segurança entrando como estagiário e posteriormente como técnico. Hoje eu trabalho com representação de vinhos e leciono segurança do trabalho. O IFPE ainda tem uma influência muito grande na minha vida, porque hoje eu passo o conhecimento adquirido e ai sim é uma sementinha plantada pelo NAPNE porque a gente sempre toca no assunto de inclusão da preocupação com a acessibilidade.</p> |
| P2 | <p>O NAPNE foi um caminho para entender, o que é barreira arquitetônica, um turismo inclusivo, tudo isso. Não foi o curso que me ensinou o que é turismo inclusivo, apesar do curso ser de turismo. [...] juntou o turismo com a inclusão e foi a pesquisa dentro do NAPNE. O UNINTUR não contou muito com o os professores não se envolveram, foi um projeto dos alunos do professor Gustavo, ele pesquisou com as pessoas com deficiência, o turismo inclusivo. Foi feito um check list do que já tinha no mercado tudo isso o NAPNE promoveu. [...] apesar de eu ter feito turismo, nunca trabalhei com turismo, por entender um pouco sobre inclusão da pessoa com deficiência eu escolhi mais continuar trabalhando na área de inclusão da pessoa com deficiência, tanto é que hoje em dia, eu estou na Coordenação de Apoio a Pessoa com Deficiência na Prefeitura de Jabotão, na Secretaria de direitos humanos. [...] quando eu sai do IFPE em 2007, 2008 eu fiquei sem trabalho ai eu ia numa escola fazer oficina me pagavam, eu fiquei assim, eu recebia beneficio, aparecer um emprego, apareceu mais eu escolhia não ficar, por conta do beneficio, com medo de perder o salário. Por conta de eu estar na política e preferi dar palestra e oficina, ai eu preferi ficar assim. [...] mas como mudou a lei do beneficio de não perder o beneficio, o beneficio ser suspenso, eu entrei na Superintendência Estadual de Pessoa com Deficiência, lá eu fazia oficinas sobre inclusão no interior, eu passei por trinta e dois interiores em quatro meses foi pouco por que eu passei só isso, por que ai me chamaram para Jabotão e eu dentro do quadro da prefeitura preferi ficar em Jabotão. [...] sou efetivo, eu entrei como técnico social e essa semana fui empossado como chefe de núcleo. O NAPNE pra mim contribuiu demais no conhecimento nas indicações iniciais, de fazer oficinais e palestras, teve de emprego menor que não quis, teve indicação do trabalho do hotel, com uma serie de trabalhos com certeza. [...] entender só de turismo é uma coisa [...] entender de turismo e inclusão por conta do NAPNE é outra coisa. [...] se não tivesse NAPNE tipo eu entrei no IFPE em 99, eu entender o que de inclusão? que ninguém ia falar nada de inclusão, eu ia entender só de turismo. O NAPNE contribuiu demais é na matéria de vida porque podia trabalhar na secretaria de turismo e não sabe nada de inclusão no turismo, mas eu sei por conta do NAPNE, é aliado. [...] porque a inclusão ela pode ser pela lógica, pode ser na arquitetura, pode ser no turismo, todos tem que entender de inclusão um professor, um médico. Chega um paciente surdo, o médico vai se embananar, porque sabe de muita coisa, mas não sabe atender, não sabe falar, então todos tem que entender de inclusão.</p> |

| | |
|----|--|
| P3 | <p>[...] eu tive a oportunidade de estagiar no próprio IFPE [...] mais eu posso dizer que assim no NAPNE, ele contribuiu na área que hoje eu atuo, certo, justamente, trabalhar com palestras. [...] no NAPNE eu aprendi muito isso, tive essa oportunidade de falar, de me expressar, certo, então é eu posso dizer que é uma área que me desenrolou mais. [...] me levou mais pra essa visão, por que a minha ferramenta hoje é a minha fala, entendeu, eu posso dizer que é um dom que eu recebi e o NAPNE eu posso dizer que ele escancarou essa porta pra mim foi nessa área”. “[...] eu estou iniciando um negócio, que eu posso dizer que é o meu próprio negócio, certo, onde eu estou trabalhando junto com um grupo de pessoas, onde eu chamo pessoas para fazer parte da minha equipe. [...], eu chamo de JF empresas [...] por que JF sou eu, empresas são aqueles que se associaram a mim. Eu vejo cada pessoa como uma empresa móvel essa é a minha visão [...] então é nessa área que eu trabalho”. [...] eu tô dando palestras tanto pela internet como na minha casa e aonde for preciso [...] mais futuramente eu me vejo até como uma pessoa na área da motivação. De motivar pessoas, entendeu, eu me vejo nessa área. Hoje sou associado a uma empresa do Marketing Multinível justamente eu vou em busca de quem deseja ter o seu próprio negócio. [...] estou a quatro anos nessa área e posso dizer que o curso de Gestão em Turismo, o NAPNE onde eu passei me trouxe experiência para que hoje eu estive efetuando isso. Fonte: Entrevista realizada com os alunos egressos do IFPE/Campus Recife.</p> |
|----|--|

Fonte: Entrevista realizada com os alunos egressos do IFPE/Campus Recife.

Percebemos pelos depoimentos dos estudantes egressos entrevistados que o apoio da instituição pesquisada para inclusão profissional é visto como influenciador na formação profissional, mas não da inclusão no mercado de trabalho, que o apoio é ainda precário e precisa ser melhorado. Entretanto, existem outros depoimentos que focam a contribuição, os serviços de apoio, a inclusão profissional dessa instituição como: balizador de comportamentos e atitudes profissionais, orientador dos direitos das pessoas com deficiência, das adaptações no âmbito profissional, da preocupação com a acessibilidade, no direcionamento de uma profissão, nas indicações iniciais para emprego, no incentivo ao empreendedorismo.

Observamos nos relatos dos alunos investigados a existência de apoios à inclusão profissional na instituição pesquisada partir de ações de incentivadoras e orientações tanto nas atitudes da pessoa com deficiência durante o processo de inclusão profissional, quanto à oferta de oportunidades de estágios e empregos. A inclusão profissional da pessoa com deficiência vem sendo respaldada pela lei nº 8.213/1991.

Mas, para que essa inserção aconteça é preciso que as pessoas se habilitem profissionalmente. Nesse sentido os estudantes com deficiência devem ter apoio dentro das estruturas comuns de educação profissional para que a inclusão no mercado produtivo aconteça. Por isso é necessário que seja colocado em prática os serviços de apoio à inclusão profissional das pessoas com deficiências nos institutos de educação profissional para que o processo de inserção laboral seja encaminhado adequadamente e assim se efetive a inclusão social das pessoas com deficiência através do trabalho.

Em função disso defendemos a necessidade da criação de núcleos de acessibilidade nas escolas de educação profissional na perspectiva de ampliar as oportunidades de acesso, permanência e inclusão profissional, pois compreendemos que esses núcleos podem contribuir enquanto serviço especializado para eliminação de barreiras que vem dificultando o acesso dos alunos com deficiência a esta modalidade de ensino desde o ingresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões apresentadas pelo corpo teórico da pesquisa, bem como dos resultados das entrevistas, constamos contradições entre o discurso oficial da política de educação inclusiva e as práticas que vem sendo desenvolvidas na escola de educação profissional pesquisada, principalmente no que se refere acessibilidade arquitetônica e à formação do professor.

Os resultados desta pesquisa indicam que a acessibilidade arquitetônica no espaço escolar vem sendo prejudicada em decorrência da existência de algumas barreiras à acessibilidade. As concepções dos estudantes com deficiência entrevistados sobre serviços, apoios e recursos de acessibilidade à educação profissional indicam que um dos grandes entraves para efetivação da política de inclusão é a formação dos professores.

Esta pesquisa representou um passo na busca de informações, para obtenção de respostas, ainda que incipientes, sobre a política de inclusão na educação profissional. Todavia, pretendemos que contribua para contínua problematização e reflexão no campo da educação, motivando outras pesquisas, que possam suscitar respostas às lacunas aqui evidenciadas ou perguntas que aqui ficaram sem respostas.

Temos a compreensão de que estudo não se dá por acabado, tendo em vista que a realidade não é algo estático, e que cada dia surge um novo elemento que precisa ser considerado nesse processo. Entendemos que as respostas foram obtidas nesta pesquisa e têm caráter provisório, se levarmos em consideração o caráter fluído da vida das pessoas, bem como das mudanças que ocorrem constantemente em nossa sociedade.

Este estudo suscitou reflexões, novas inquietações e questionamentos que possivelmente nortearão outros estudos: Como podemos desenvolver políticas e práticas de inclusão na educação profissional, tendo em vista que os alunos com deficiência possui acesso restrito a essa modalidade de ensino? Como vem sendo garantido o direito de ir e vir à escola dos alunos com deficiência no município do Recife? Como o professor da educação profissional vem sendo capacitado para trabalhar com a diversidade?

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BASIL, CARMEN. Os alunos com paralisia cerebral e outras alterações motoras. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALAACIOS, Jesús (Org.). **Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais**. 2. ed., Porto Alegre, 2004. 3v.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Atendimento educacional especializado para a deficiência mental. In: MANTOAN, Maria Tereza Egler (Org.) **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 121-129.

BRASIL, **Lei nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991**. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. [S. l.: s. n, 1991].

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasil: [s. n.], 2008.

_____. **Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 129 de 22 de maio de 1991**. Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. [S. l. : s.n. , 1991].

_____. **Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. [S. l. : sn. , 1999]. Disponível em: < [http://www. planalto. gov. br/ccivil_03/decreto/d0914. htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2013.

_____. **Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**, 3. ed. , Porto Alegre, Meditação, 2011, 152p. 112

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **[Dados estatístico]**. Disponível em: <[www. ibge. gov. br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 13 jul. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação básica: 2011 – resumo técnico.** – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?** 2. Ed. , São Paulo, Moderna, 2010. (Cotidiano escolar: Ação docente).

RODRIGUES, Janine Marta Coelho. **Classes Hospitalares: o espaço pedagógico nas unidades de saúde.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: WVA, 2006.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. O currículo nas Salas de Aulas Inclusivas: origens. In: _____. ; _____. (Org.). **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

TRIVINÔS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa qualitativa em educação.** 1. ed. 18. Reimpr. SÃO Paulo: Atlas, 2009.

VIÈGAS, Conceição de Maria Correia. **Educação profissional : indicações para a ação : a interface educação profissional / educação especial.** In: VIÈGAS, Conceição de Maria Correia; CARNEIRO, Moaci Alves. Brasília : MEC/SEESP, 2003.

VIRGOLIM, Angela M. R. **Altas habilidade/superdotação: encorajando potenciais -** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.